

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Antonio Carlos Souza
E-mail: acsouza@uenp.edu.br
Instituição: Universidade Estadual de Norte do Paraná, Brasil

Submetido: 27/07/2023

Aprovado: 13/09/2023

Publicado: 27/11/2023

 10.20396/rho.v23i00.8674106

e-Location: e023026

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):
SOUZA, A. C.; SOARES, C. M.; RUCKSTADTER, V. C. M. A Base Nacional Comum Curricular como política pública reformista: uma análise a partir do pensamento de Rosa Luxemburgo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 23, p. 1-19, 2023. DOI: 10.20396/rho.v23i00.8674106. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8674106>. Acesso em: 27 nov. 2023.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR COMO POLÍTICA PÚBLICA REFORMISTA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PENSAMENTO DE ROSA LUXEMBURGO



Antonio Carlos Souza*

Universidade Estadual de Norte do Paraná



Cleyson Mendes Soares**

Secretaria de Estado da Educação do Paraná



Vanessa Campos Mariano Ruckstadter***

Universidade Estadual de Norte do Paraná

RESUMO

O artigo tem por objetivo analisar as características de uma política pública reformista a partir da reforma educacional brasileira que culminou na implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Por meio de pesquisa bibliográfica e documental é apresentado o papel das políticas públicas e como elas se relacionam com as propostas dos organismos internacionais, de grupos empresariais nacionais. A pesquisa tem como referência teórica o materialismo histórico-dialético, principalmente ligada à discussão sobre reforma e revolução proposta por Rosa Luxemburgo. Concluímos que as atuais reformas educacionais, principalmente aquela que resultou na consolidação da BNCC, têm caráter reformista, elaboradas para atender aos interesses da classe dominante e, portanto, não contemplam os interesses da classe trabalhadora. Porém, as reformas podem ser entendidas também como produtos da indignação, da luta, organização da classe trabalhadora por melhores condições de vida, na formação de sua consciência revolucionária, no processo de superação do modo de produção capitalista, liberal, na conquistas de seu fim último, o socialismo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Básica. BNCC. Reformas educacionais. Políticas Públicas. Rosa Luxemburgo.

THE NATIONAL COMMON CURRICULAR BASE AS A REFORMIST PUBLIC POLICY: AN ANALYSIS BASED ON THE THINKING OF ROSA LUXEMBOURG

Abstract

The article aims to analyze the characteristics of a reformist public policy based on the Brazilian educational reform that culminated in the implementation of the National Common Curricular Base (BNCC). Through bibliographical and documentary research, the role of public policies is presented and how they relate to the proposals of international organizations and national business groups. The research has historical-dialectical materialism as a theoretical reference, mainly linked to the discussion on reform and revolution proposed by Rosa Luxemburgo. We conclude that the current educational reforms, mainly the one that resulted in the consolidation of the BNCC, have a reformist character, designed to meet the interests of the ruling class and, therefore, do not contemplate the interests of the working class. However, the reforms can also be understood as products of indignation, struggle, organization of the working class for better living conditions, in the formation of its revolutionary conscience, in the process of overcoming the capitalist, liberal mode of production, in the conquests of its end last, the socialism.

Keywords: Basic education. BNCC. Educational reforms. Public policy. Rosa Luxemburgo.

LA BASE CURRICULAR COMÚN NACIONAL COMO POLÍTICA PÚBLICA REFORMISTA: UN ANÁLISIS A PARTIR DEL PENSAMIENTO DE ROSA LUXEMBOURG

Resumen

El artículo tiene como objetivo analizar las características de una política pública reformista a partir de la reforma educativa brasileña que culminó con la implementación de la Base Curricular Común Nacional (BNCC). A través de la investigación bibliográfica y documental, se presenta el papel de las políticas públicas y cómo se relacionan con las propuestas de organismos internacionales y grupos empresariales nacionales. La investigación tiene como referente teórico el materialismo histórico-dialéctico, vinculado principalmente a la discusión sobre reforma y revolución propuesta por Rosa Luxemburgo. Concluimos que las reformas educativas vigentes, principalmente la que resultó en la consolidación de la BNCC, tienen un carácter reformista, destinadas a atender los intereses de la clase dominante y, por tanto, no contemplan los intereses de la clase trabajadora. Sin embargo, las reformas también pueden ser entendidas como productos de la indignación, de la lucha, de la organización de la clase obrera por mejores condiciones de vida, en la formación de su conciencia revolucionaria, en el proceso de superación del modo de producción capitalista, liberal, en las conquistas de su último final, el socialismo.

Palabras clave: Educación básica. BNCC. Reformas educativas. Políticas públicas. Rosa Luxemburgo.

INTRODUÇÃO

Atualmente, são perceptíveis as dificuldades que a realidade impôs ao processo de implementação de novos currículos e propostas pedagógicas das diferentes esferas administrativas ancoradas nas reformulações propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC é um documento normativo que alterou a Educação Básica em suas diferentes etapas e definiu uma formação básica comum que incidiu na reestruturação dos currículos escolares de Estados e Municípios.

O objetivo do artigo é buscar compreender, no processo de discussão, elaboração, homologação e implementação da BNCC, quais as características das reformas educacionais, o que são políticas públicas e qual o papel do Estado neste processo. Para isso, buscou-se no materialismo histórico-dialético, na perspectiva de Rosa Luxemburgo, os fundamentos teóricos para se compreender a reforma educacional, em um sociedade organizada a partir da lógica do modo de produção capitalista e liberal.

Um problema levantado por Rosa Luxemburgo é saber se as reformas sociais, educacionais, são apenas reprodução da lógica e dos interesses da classe dominante, no seu processo de acumulação ou se as reformas expressam, também, uma conquista social da classe trabalhadora, como indignação, luta, no seu processo de emancipação política, na melhoria de suas condições de vida, no processo de revolução social e busca da emancipação humana.

Com isso, o artigo, busca compreender a atualidade crítica do pensamento de Rosa Luxemburgo, como instrumental teórico para se investigar a BNCC, como reforma educacional, e como as políticas públicas nacionais são ditadas por organismos internacionais, a serviços dos interesses econômicos da classe dominante. Um exemplo são as avaliações em larga escala e sua tentativa de demonstrar para a opinião pública e diferentes setores da sociedade civil a necessidades das reformas para se ter a qualidade educacional.

Enfim, a pesquisa sintetizada neste texto, procuram evidenciar as intencionalidades e contradições da reforma educacional brasileira, pela BNCC, apresentada como produto de um debate democrático, de uma necessidade social, mas que, nos marcos legais que a embasam, assim como nos seus fundamentos pedagógicos e políticos, ela é o esvaziamento dos currículos escolares, ao encaminhar conteúdos mínimos em termos de competências e habilidades dissociados de uma formação geral que permita uma educação revolucionária.

ROSA LUXEMBURGO E A CRÍTICA ÀS CONCEPÇÕES REFORMISTAS LIBERAIS, CAPITALISTAS

As reformas educacionais, mesmo na sua aparente atenção geral à educação, não atendem às demandas da educação pública, na perspectiva da classe trabalhadora, pois, tais

reformas atendem à lógica da classe dominante, do lucro para o capital. As reformas educacionais fazem parte de disputas, enfrentamentos, nos diferentes espaços da esfera sociedade política e civil, em uma sociedade dividida em classes sociais, em luta pela manutenção e ampliação do estado atual de coisas ou pela conquista da hegemonia. Este processo é mediado pelo Estado, na sua forma liberal/neoliberal, como sociedade política e sociedade civil que “[...] não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx; Engels, 2010, p. 42).

Compreender estas contradições, na perspectiva da classe trabalhadora, significa uma atividade de resistência ativa e propositiva, consciente e crítica, nos diversos espaços de atuação, na ação educativa, no interior da escola, nos movimentos sociais, nas instituições de pesquisa, do processo de elaboração, aprovação, implementação das reformas educacionais, como da atual reforma do Ensino Médio, materializada na BNCC. Daí a importância de investigar e compreender as reformas de maneira “[...] radical, rigorosa e de conjunto” (Saviani, 1991, p. 24), ou seja, como, porquê, por quem, para quem elas são elaboradas, nas suas múltiplas determinações políticas, econômicas, sociais.

Na perspectiva do materialismo histórico-dialético há muitas contribuições críticas, como as análises feitas por Rosa Luxemburgo. Elaboradas há um século elas permanecem atuais na perspectiva da práxis social revolucionária e transformadora, no interior do modo de produção capitalista e sociedade liberal. A sua crítica foi direcionada aos defensores do revisionismo, como de Eduard Bernstein¹, de que o modo de produção capitalista pode ser enfrentado por meio de reformas legais. A sua análise continua atual, pois, quando se fala em políticas sociais, educacionais, estas são elaboradas, aprovadas pelas forças políticas hegemônicas, e, portanto, não alteram a estrutura, as relações sociais.

Uma revolução social e uma reforma legal não são elementos que se distingam pela sua duração, mas pelo seu conteúdo; todo o segredo das revoluções históricas, da conquista do poder político reside precisamente na passagem de simples modificações quantitativas, numa nova qualidade ou, concretizando, na passagem de uma dada forma de sociedade a outra num período histórico (Luxemburgo, 1986, p. 101).

Rosa Luxemburgo identificava Eduard Bernstein, um dos principais dirigentes do Partido Social-democrata da Alemanha (SPD), como um oportunista, que estava se distanciando dos preceitos revolucionários do socialismo científico, por ter deixado de considerar a luta de classes como uma necessidade histórica e pela compreensão que o modo de produção capitalista poderia se desenvolver de forma harmônica, funcionando como órgão conciliador entre as classes. A autora defende o movimento da conquista das melhorias de condição da classe trabalhadora, mas o objetivo final deve ser a revolução, a transição ao socialismo, como enfrentamento e derrubada do modo de produção capitalista.

Bernstein não quer ouvir falar numa ‘ciência de partido’, ou, mais precisamente, de uma ciência de classe, de um liberalismo de classe ou de uma moral de classe. Julga representar uma ciência abstrata, universal,

humana, um liberalismo abstrato, uma moral abstrata. O que Bernstein julga ser a sua ciência, a sua democracia, a sua moral universal, tão impregnada de humanismo, é simplesmente a moral da classe dominante, quer dizer, a ciência, a democracia e a moral burguesas (Luxemburgo, 1986, p. 114).

Rosa Luxemburgo combate a tese revisionista de que o modo de produção capitalista teria alcançado um desenvolvimento harmônico com a superação de suas contradições estruturais e, por isso, para Eduard Bernstein, o objetivo político da tomada de poder pela classe trabalhadora não teria sentido. Logo, tratava-se apenas de colher os frutos de uma democracia liberal, considerando as reformas sociais como conquistas contínuas e pacíficas, sem a luta de classe e objetivo último, a revolução, fundamentos do materialismo histórico-dialético. A autora é enfática ao realçar o caráter de classe burguês do Estado, ao mesmo tempo em que extrai as duras consequências que esses limites formais e as contradições inerentes à democracia liberal exerceria sobre a relação capital-trabalho.

O atual Estado não é uma “sociedade” no sentido de “classe obreira ascendente”, mas o representante da sociedade capitalista, quer dizer, um Estado classista. Eis porque a reforma por ele proposta não constitui aplicação do “controle social”, isto é, do controle da sociedade de trabalhadores livres sobre o seu próprio processo de trabalho, mas um controle da organização da classe do capital sobre os processos de produção do capital. Aliás, as reformas chocam-se com os limites dos interesses do capital (Luxemburgo, 1986, p. 50).

Rosa Luxemburgo não era contra as reformas, mas as considerava como forma de educar, organizar a classe trabalhadora para a revolução e mostrar-lhe, por meio dessas experiências, que o Estado capitalista precisava ser derrubado. Com isso, Rosa Luxemburgo não romantizava as conquistas advindas das reformas sociais, mas via nelas uma forma de propaganda do socialismo. Neste sentido, segundo Frölich (2019, p. 78), “[...] seria imprescindível renunciar a ilusão de que um partido de trabalhadores, com o apoio da maioria no Parlamento, possa superar o capitalismo unicamente pelos meios parlamentares”. A autora advertia criticamente sobre os limites e as contradições estruturais do Estado democrático burguês, das mediações dos meios parlamentares.

É evidente que formalmente o parlamentarismo serve para exprimir na organização do Estado os interesses do conjunto da sociedade. Mas, por outro lado, o que o parlamentarismo representa aqui, é unicamente a sociedade capitalista, quer dizer, uma sociedade onde predominam os interesses capitalistas. Por consequência, nessa sociedade, as instituições formalmente democráticas reduzem-se, no seu conteúdo, a instrumentos dos interesses da classe dominante. Existem provas concretas: desde que a democracia tem a tendência para negar seu caráter de classe e para transformar-se num instrumento dos autênticos interesses do povo, as formas democráticas são sacrificadas pela burguesia e pela sua representação do Estado. Também a ideia da conquista por uma maioria parlamentar aparece como um cálculo errado: preocupando-se unicamente,

à semelhança do liberalismo burguês, com o aspecto formal da democracia, descuida-se totalmente do outro aspecto, o do seu conteúdo real. E o parlamentarismo no seu todo não aparece de modo algum, como o acredita Bernstein, como um instrumento específico do estado da classe, um meio de fazer amadurecer e desenvolver as contradições capitalistas (Luxemburgo, 1986, p. 59-60).

Para Rosa Luxemburgo, as reformas sociais consubstanciadas sob as determinações do modo de produção capitalista são paliativos ilusórios frente às contradições e antagonismo de classe. Portanto, seriam por demais limitadas para produzir concretamente as transformações sociais. Sob o domínio do modo de produção capitalista, as reformas sociais e educacionais atendem somente aos anseios da classe dominante, de acumulação do capital. Assim, a autora, retomando uma expressão do Manifesto Comunista de Marx e Engels, publicado em 1848, defende uma outra forma de participação da classe trabalhadora na organização social, incompatível com a democracia liberal.

O Estado atual é antes de mais nada uma organização da classe capitalista dominante. Sem dúvida que assume funções de interesse geral no desenvolvimento do social; mas somente na medida em que o interesse geral e o desenvolvimento social coincidam com os interesses da classe dominante. A legislação da proteção operária, por exemplo, serve igualmente o interesse imediato da classe capitalista e os das sociedades em geral (Luxemburgo, 1986, p. 56).

Para Rosa Luxemburgo, o Estado liberal são instrumentos de dominação da classe dominante, instrumentos de defesa dos interesses do capital e, portanto, as reformas sociais adotadas sob as suas diretrizes seriam empecilhos para o avanço do movimento de ruptura socialista, mesmo com aparências de defesa do interesse geral da sociedade. A autora não negava totalmente a democracia liberal, pois ela enxergava os direitos e as garantias das liberdades democráticas liberais como expressão da luta e pressão histórica da classe trabalhadora. “Não é sorte do movimento socialista que está ligada à democracia burguesa, mas pelo contrário, é a democracia que se encontra ligada ao movimento socialista” (Luxemburgo, 1986, p. 97).

Para Rosa Luxemburgo, a democracia liberal não era um valor universal, mas movimento concreto que, se ao mesmo tempo explicitava os interesses da classe dominante, por outro lado, era demanda da classe trabalhadora, como por exemplo, através das reformas sociais, instrumentos para a melhoria das suas condições de vida, na perspectiva do processo de construção do socialismo. Assim, as reformas liberais, capitalistas, eram expressões de um Estado liberal limitado por suas contradições internas e externas.

As relações políticas constroem entre a sociedade capitalista e a sociedade socialista um muro cada vez mais alto. Nesse muro, nem as reformas sociais nem a democracia [burguesa] abrirão brechas, contribuirão, pelo contrário, para o segurar e consolidar [da ordem burguesa estabelecida] (Luxemburgo, 1986, p. 61).

As reformas sociais, como aplicação de políticas públicas na forma do Estado liberal, de democracia representativa, é uma forma de dominação de classe, pois afasta a classe trabalhadora do controle do poder político decisório, ou tem a finalidade de fazer concessões para acalmar as possíveis revoltas da classe trabalhadora. Mas, é neste processo que Rosa Luxemburgo vai discutir a educação e seu lugar na transformação social. Ao ser acusada de ser partidária da violência, afirmou: “Penso, muito pelo contrário, que a única violência que nos conduzirá à vitória é a educação socialista da classe operaria na luta cotidiana” (Luxemburgo, 1975, p. 99).

Nesse processo, a educação da classe trabalhadora, como formação e atuação política é fundamental, como meio e como fim, ou seja, como compreensão das contradições do modo de produção capitalista, com vistas à sua superação e construção de uma nova sociedade, como afirma Frölich (2019, p. 44): “A classe dos trabalhadores não tem de andar à caça de utopias, mas deve praticar a *Realpolitik*. [...] como uma política que busca a meta final revolucionária com coerência inflexível”. No mesmo sentido, afirma Maissin (2019): “Se as massas não são educadas, com muito tempo de avanço, a empreender ação política extraparlamentar tanto quanto a rotina eleitoral e a prática das greves econômicas, a finalidade nunca será alcançada. Também para Luxemburgo há lugar para o movimento!”

Para Rosa Luxemburgo, a educação da classe trabalhadora era uma questão de primeira ordem, como caminho para conscientização de classe de sua condição de sujeito revolucionário. Assim, a classe trabalhadora precisa ocupar os espaços no Estado liberal, como as escolas, os sindicatos, os partidos políticos, como instrumentos de luta, pois seria impossível fazer a revolução “[...] sem a formação de homens e mulheres autônomos, responsáveis, intelectualmente e moralmente maduros. Daí o papel fundamental da educação, da formação política, que se dá na própria luta” (Loureiro, 2009, p. 82), o que corrobora o pensamento de Luxemburgo (2009, p. 97): “Para que o socialismo possa avançar e vencer é necessário um proletariado forte, capaz de agir, educado, e massas cujo poder reside tanto na sua cultura intelectual quanto no seu número”.

Os argumentos de Rosa Luxemburgo, contrários às teorias reformistas que são dissociadas das dimensões fundamentais da revolução socialista, podem contribuir na compreensão das atuais reformas educacionais, no Brasil. Ou seja, que as reformas sociais e educacionais fazem parte do processo de disputa política presente no interior da sociedade política e da sociedade civil, tornando necessário compreender em que medida as propostas aprovadas alteram de forma significativa as estruturas do Estado liberal e do modo de produção capitalista e abrem possibilidade para a sua superação e criação de uma outra ordem econômica, política, social. Por isso, o pensamento revolucionário não é reformar o capitalismo, atenuando sua exploração, suprimindo os seus abusos, mas suprimi-lo, e realizar a finalidade da luta da classe trabalhadora, o socialismo.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) COMO POLÍTICA EDUCACIONAL REFORMISTA

Os movimentos políticos que ocorrem em 2023, como o PL nº 2.601/2023, de 16 de maio de 2023, que trata da alteração da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, principalmente no que se refere ao Ensino Médio e a revogação dos dispositivos da referida lei que tratam da BNCC, além da Portaria nº 399, de março de 2023, que institui a consulta pública para a avaliação da política nacional para o Ensino Médio, por exemplo, nos indicam questionamentos e equívocos que a implementação de uma reforma educacional pode trazer ao estar dissociada de um amplo debate que envolva e dê voz efetivamente às demandas da classe trabalhadora.

A BNCC é uma reforma educacional de encaminhamentos políticos, pedagógicos, metodológicos e conteúdos curriculares sem pautar alguns dos elementos essenciais que tratam da estrutura social e educacional, tais como as condições de acesso e permanência dos estudantes na Educação Básica, especificamente da escola pública, ocupada em grande parte por trabalhadores ou filhos da classe trabalhadora. Com isso, tal reforma, não busca mudanças sociais estruturais, mas somente atender os interesses reformistas da classe dominante, representados por organismos internacionais, grupos empresariais nacionais, que compõem o Movimento Todos pela Educação, que direcionam os fundamentos e rumos da política educacional, focado no desenvolvimento de competências.

Além disso, desde as décadas finais do século XX e ao longo deste início do século XXI, o foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos. É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês), e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, na sigla em inglês), que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE, na sigla em espanhol) (Brasil, 2018, p. 13).

Para isso, a BNCC camufla, em seus encaminhamentos para a reformulação dos currículos dos sistemas escolares, a preocupação em atender a adequação dos conteúdos essenciais aos interesses do modo de produção capitalista, que é a exploração do trabalho. Ela limita a atuação dos sistemas e redes escolares, a partir de princípios liberais, indicando competências mínimas, dessa forma, o objetivo não é auxiliar a classe trabalhadora na obtenção do poder político, mas conformar os estudantes principalmente às necessidades locais e regionais.

As ações resultantes do modo de produção capitalista e liberal, por meios das reformas sociais e educacionais expressas na BNCC, apoiam-se na justificativa de que a universalização da educação não significou o aumento da sua qualidade em termos exigidos

pelas avaliações em larga escala e escondem em suas intencionalidades que tais mudanças não buscam atender os interesses da classe trabalhadora. A BNCC como política pública de caráter reformista está permeada por orientações ideológicas e estratégias políticas, como as que encontramos quando ela trata de igualdade educacional.

Nesse processo, a BNCC desempenha papel fundamental, pois explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver e expressa, portanto, a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas. Essa igualdade deve valer também para as oportunidades de ingresso e permanência em uma escola de Educação Básica, sem o que o direito de aprender não se concretiza (Brasil, 2018, p. 15).

Igualdade aqui aparece como nivelamento das aprendizagens mínimas, ou seja, igualdade não em termos de atuação política, além de presumir uma igualdade formal em termos de acesso e permanência, características incapazes de auxiliar na transformação do modo de produção capitalista, tornando-se concretamente em uma luta apenas de repartição capitalista. Desse modo, apesar das lutas políticas internas que ocorrem dentro do Estado, a BNCC enquanto política pública educacional não se propõe a auxiliar no processo de criação de crises de cunho econômico, a estimular o processo de socialização dos processos de produção e auxiliar no desenvolvimento de consciência de classe.

As políticas públicas reformistas surgem num contexto de disputa política, como no caso da BNCC, sendo que na concepção liberal, a estrutura do Estado é utilizada para gerenciar e avaliar tais políticas com o objetivo de construir e aplicar estratégias para organização de processos e resultados, tendo como ponto de partida os conflitos sociais existentes, onde “[...] o Estado atua como regulador a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto” (Höfling, 2001, p. 33). Assim, os currículos escolares são moldados a uma estrutura condizente com o processo do trabalho em termos capitalistas.

Isso evidencia a disputa de projetos societários na condução das políticas educacionais brasileiras por setores conservadores da sociedade que tencionam sua participação junto ao Estado, para efetivar sua hegemonia também pela formação da consciência política e ideológica de grande parcela da sociedade, que se encontra hoje nas redes públicas de ensino. Mesmo que essas políticas sejam oriundas das necessidades básicas dos trabalhadores, encontram-se hoje em pleno domínio do Estado burguês (D’avila, 2018, p. 50).

A elaboração de uma base comum teve amplo movimento do setor privado em oposição às organizações públicas, sendo que tal participação indica o empenho de setores da sociedade civil para a elaboração da BNCC como campo de disputa de um projeto de sociedade. A ideia de universalização da BNCC por meio de conteúdos mínimos que todos os estudantes tenham direito ajudou no processo de construção de consenso da necessidade de uma reforma, mas pouco diz sobre o significado e objetivo dessa universalização, ou ainda, em quais termos essa universalização é proposta.

Para Höfling (2001), as políticas públicas recebem pressão dos diferentes atores da sociedade civil que compõe o poder político em seu processo de implementação, no entanto, a educação deve ser mais que inserção no mundo do trabalho. Uma reforma social na forma de Estado liberal traz consigo propostas como os itinerários formativos que compõem o Ensino Médio, explicitado pela BNCC, e indica apenas autonomia em termos liberais e de uma participação condicionada à divisão social do trabalho, pautando um projeto de vida dos estudantes em termos de uma especialização do conhecimento que permite atender à produção capitalista.

A sociedade civil abarca o conjunto do intercâmbio material dos indivíduos no interior de um estágio determinado das forças produtivas. Ela abarca o conjunto da vida comercial e industrial de um estágio e, nessa medida, ultrapassa o Estado e a nação, apesar de, por outro lado, ela ter de se afirmar ante o exterior como nacionalidade e se articular no interior como Estado (Marx; Engels, 2007, p. 74).

Apesar do modo de produção capitalista se fundar em classes sociais antagônicas, com domínio material da classe dominante, a forma liberal de organização da sociedade, ocupando as decisões e ações do Estado, busca apresentar as reformas sociais e educacionais como ações necessárias para amenizar os conflitos sociais e atender às necessidades da classe trabalhadora. Tais características permitem identificar uma política pública reformista de um Estado que pauta suas ações para atender aos interesses do modo de produção capitalista. Nesse sentido, o que está proposto na BNCC enquanto referência obrigatória são a fragmentação do conhecimento e a organização de uma educação não pautada nos interesses da classe trabalhadora.

A BNCC não indica a preocupação com uma educação que visa uma compreensão social no seu conjunto, suas competências gerais visam levar os estudantes a se adaptarem ao *status quo*. Conceitos como liberdade, igualdade e democracia são apresentados de maneira formal e dentro de princípios e valores consolidados pelo modo de produção capitalista e liberal. As necessidades educacionais da classe trabalhadora permanecem suprimidas, nesta perspectiva, persistindo a desigualdade social a partir de um novo arcabouço legal e ampliando a participação da iniciativa privada na área da educação. Por isso, muitas instituições vinculadas ao setor financeiro fazem parte direta do processo de composição da BNCC, como o Movimento pela Base, das quais se destacam a Fundação Lemann, a Fundação Roberto Marinho, o Instituto Ayrton Senna, o Instituto Unibanco e o Itaú BBA (Movimento pela Base, 2017).

A concepção de trabalho que ampara a BNCC compreende o indivíduo como colaborador no processo de preservação das relações de produção. Neste sentido, não é a prática social dos estudantes que definirá a sua formação, mas sim um conjunto de competências e habilidades definidas em forma de lei para que os conteúdos possam atender aos interesses sociais das políticas públicas e seu caráter ideológico. O desenvolvimento intelectual e formativo do sujeito na BNCC está alinhada às competências que possam

contribuir para o desenvolvimento social do indivíduo numa ótica de cidadão alinhada à concepção liberal de sociedade.

Por ser um documento normativo a nível nacional, a BNCC direciona um alinhamento ou forma de uniformização à política, aos valores liberais de formação, o que poderia caracterizar um distanciamento à pluralidade, à diversidade de realidades e às formas diversas de se pensar e agir no mundo educacional. Neste sentido, a ênfase ao alinhamento não se dá apenas nos currículos da Educação Básica, mas também no encaminhamento de um currículo normativo para a formação inicial e continuada de professores em nível superior, assim como para a política de produção de materiais didático-pedagógicos. “A BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais” (Brasil, 2018, p. 8).

Estes princípios liberais, presentes na legislação brasileira, como a legislação educacional, preparam o terreno para a política reformista da BNCC. A Constituição Federal de 1998, em seu Artigo 210, assume a necessidade formação básica comum (Brasil, 1998); a Lei de Diretrizes e bases da educação nacional, de 1996, no Artigo 9º, Inciso IV e Artigo 26, indica a responsabilidade da União em estabelecer diretrizes para a formação básica comum (Brasil, 1996); o Plano Nacional da Educação (Brasil, 2014) recomenda a base nacional comum dos conteúdos para a Educação Básica. Este arcabouço legal está de acordo com as orientações, determinações de organismos multilaterais internacionais que, desde os anos de 1990, vem organizando eventos, produzindo documentos, pressionando governos, intensificando a ideia que a educação é uma estratégia indispensável para o crescimento econômico. Um exemplo disso é Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien na Tailândia, em 1990.

[...] financiada pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), pelo UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e pelo Banco Mundial. Dela participaram governos, agências internacionais, ONGS, associações profissionais e personalidades destacadas no plano educacional em todo o mundo. Os 155 governos que subscreveram a declaração ali aprovada comprometeram-se a assegurar uma educação básica de qualidade a crianças, jovens e adultos (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2011, p. 48).

Outro organismo internacional atuante na elaboração de políticas públicas, especificamente educacionais, é o Banco Mundial, que “[...] irá concentrar-se em apoiar reformas dos sistemas educacionais [...] tipicamente às escolas públicas, universidades e programas de formação que fornecem serviços de educação (Banco Mundial, 2011, p. 5). E, mais recentemente, o Banco Mundial, através do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird, vem financiando a reforma do Ensino Médio. Esta política de financiamento externo atende os interesses da classe dominante nas atuais políticas educacionais, como a reforma do Ensino Médio, “resultou no Acordo de empréstimo do

MEC com o BIRD, no valor de 250 milhões de dólares, cujos recursos devem ser destinados ao “Projeto de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio [...]” (Fornari, 2020, p. 89).

O processo de elaboração e implementação da atual reforma do Ensino Médio, da BNCC, estão alinhados também aos princípios e finalidades da Agenda Global de Educação 2030², como guia para a construção de política educacional mundial, na perspectiva do modo de produção capitalista e liberal. A Declaração de Incheon (Unesco, 2016) é um documento que defende a educação para todos como o principal indutor para o desenvolvimento mundial e daí a insistência na melhoria dos resultados de aprendizagem. A Declaração destaca com um dos objetivos centrais a importância da educação ser capaz de oferecer a “[...] habilidade funcional em leitura, escrita e matemática de modo a incentivar sua participação plena como cidadãos ativos” (Unesco, 2016, p. 20).

A Declaração recomenda a inserção da Educação a Distância (EaD), como das TIC, “[...] principalmente a tecnologia de telefones móveis, são uma grande promessa para acelerar o progresso dessa meta” (Unesco, 2016, p. 21). Esta recomendação caracteriza o planejamento da educação como treinamento do indivíduo, como “[...] oportunidades amplas e flexíveis de aprendizagem ao longo da vida, por meio de caminhos não formais” (Unesco, 2016, p. 9). E a finalidade destas recomendações têm em vista “[...] o emprego”, “[...] o empreendedorismo”, “[...] o trabalho decente” (Unesco, 2016, p. 17). E, para isso, o setor privado e organizações e fundações filantrópicas devem “[...] ajudar os planejadores da educação e de formação a entender as tendências do mercado de trabalho e as necessidades de habilidades, facilitando, assim, a transição da escola para o trabalho” (Unesco, 2016, p. 28).

A Agenda Global de Educação 2030 é expressão da educação a serviço do modo de produção capitalista e liberal, nos seus interesses privatistas, a educação como mercadoria, visando a acumulação e a expansão do capital, como pode ser visto na meta 4.3: “Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade” (Unesco, 2016, p. 15). Por isso, a Agenda Global 2030 defende as parcerias fortes e multifacetadas no “[...] de todas as partes interessadas no planejamento, na implementação e no monitoramento das políticas e das estratégias educacionais” (Unesco, 2016, p. 29), como atores-chave para o desenvolvimento socioeconômico, pois “[...] o ambicioso objetivo educacional não pode ser alcançado apenas pelos governos. Eles precisarão da ajuda de todas as partes interessadas, inclusive de atores não estatais” (Unesco, 2016, p. 29). Esta disposição está em consonância com os princípios liberais.

Se não houvesse instituições públicas para a educação, não se ensinaria nenhum sistema e nenhuma ciência que não fossem objeto de alguma procura ou que as circunstâncias da época não tornassem necessário, conveniente ou, pelo menos, de acordo com a moda (Smith, 1996, p. 243).

A concepção política liberal defende o Estado mínimo, ou seja, que suas funções sejam limitadas para não interferir na economia de mercado. E dentre as características fundamentais da economia de mercado, que sustenta a classe dominante, está a defesa da propriedade privada dos meios de produção, como condição de produção, acumulação de lucro para o capital. Porém, para camuflar os seus interesses, a classe dominante precisa ocupar o Estado e apresentar os seus interesses como sendo os interesses do conjunto da sociedade. Por isso, a não explicação do antagonismo de classe, como acontece nas políticas públicas, como na BNCC, é um forma de manutenção do projeto liberal.

A definição de competências mínimas na BNCC, aliadas à obrigatoriedade da flexibilidade do currículo, por exemplo, “[...] que representam o perfil de saída dos estudantes dessa etapa de ensino [...]” (Brasil, 2018, p. 471), é ilustrada na divisão de itinerários formativos para a etapa do Ensino Médio, indicando que a igualdade de oportunidades de acesso e permanência na educação não garante a igualdade social. Esta compreensão de sociedade e educação é apresentada pelos teóricos do liberalismo, como Hayek (1983, p. 368-369): “Em nenhum outro campo, talvez, a contínua existência de caminhos, alternativos é tão importante como no da educação, pois sua função é preparar os jovens para um mundo em constante transformação”.

Compreender as intencionalidades e o caráter reformista da BNCC é um passo essencial em busca da construção de outra sociedade. Seu desvelamento permite fundamentar ações a partir da prática social e as possibilidades de modificação da prática docente, desarticulando o currículo que retrata a sociedade capitalista por meio de possibilidades metodológicas dentro da perspectiva do materialismo histórico dialético. As pressões de partidos políticos, movimentos sociais, estudantes, professores gestores escolares é fundamental para, a partir da problematização da implementação de políticas públicas, consigamos mobilizar o Estado a repensar estratégias tendo como foco as reais necessidades da classe trabalhadora.

Numa palavra, é impossível transformar as relações fundamentais da sociedade capitalista, que são as da dominação de uma coisa por outra, com as reformas legais que respeitarão o seu fundamento burguês; essas relações não são produto de uma legislação burguesa, não se encontram traduzidas em leis (Luxemburgo, 1986, p. 27).

A Portaria nº 399/2023, que institui a consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio e o PL nº 2.601/2023, que propõe a substituição revogatória dos itinerários formativos definidos pela Lei nº 13.415/2017, no chamado Novo Ensino Médio, no sentido de luta pela retomada conceitual e técnica das áreas de conhecimento, são exemplos da luta de estudantes e profissionais da educação, da classe trabalhadora. Porém, apesar de ser um meio de luta, esta não pode se resumir a mudanças legais, pois estas não levam à supressão das formas de exploração, de desigualdades, próprias do modo de produção capitalista e liberal.

Assim, a luta pela revogação do Novo Ensino Médio, assim como da BNCC, deve ser marcado pela participação ampla e irrestrita da massa de trabalhadores, mobilizados pelos movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos que tenham como compromisso a melhoria das condições de vida, da educação da classe trabalhadora, mas visando à superação do modo de produção capitalista, liberal.

CONCLUSÃO

Apesar de Rosa Luxemburgo compreender que a luta revolucionária começa dentro da ordem estabelecida pela classe dominante, é necessário que classe trabalhadora enfrente a ordem estabelecida, para além de seus limites. Nesta perspectiva, não se pode esperar que políticas públicas reformistas alterem, por si só, as relações sociais. Assim, o problema central da passagem do modo de produção capitalista, liberal, ao socialismo não se dá somente pela melhoria de condições de vida, nem pela conquista do poder político pela classe trabalhadora, mas pela socialização dos meios de produção e a organização da produção de acordo com os princípios do socialismo.

Nesta perspectiva, as melhorias da qualidade de vida, no processo de apropriação dos bens materiais produzidos pelo capitalismo, assim como a participação nos processos políticos da democracia liberal, são conquistas que precisam ser apropriadas e ampliadas pela classe trabalhadora, como espaços de debates, de lutas, pois é no curso da luta revolucionária que se constrói a consciência revolucionária, em uma sociedade dividida em classes sociais. E isso não é conciliação de classe, e, portanto, não é atitude passiva ou reformista e nem convivência ou relação tranquila com a exploração capitalista, nem como movimento que visa a melhorar e a aperfeiçoar o capitalismo, pois, segundo Mészáros (2007, p. 197), o capitalismo, por sua lógica destrutiva é “*irreformável*”, “*incorrigível*” e “*incontrolável*”.

As características que definem uma política pública reformista são, em essência, aquelas que não possuem como finalidade a modificação das relações de produção e das forças produtivas e, conseqüentemente, conservam as estruturas sociais e o sistema de exploração para a produção da riqueza, regulando as ações do Estado para o enfrentamentos dos conflitos sociais gerados pela divisão de classes. No processo de aprovação e implementação da BNCC, o propósito é definir aprendizagens essenciais para todas as etapas e modalidade da Educação Básica, não do ponto de vista dos conteúdos, mas sim de uma base comum de princípios ideológicos liberais, utilizando como fundamento uma reforma legal.

As desigualdades sociais, políticas e econômicas geradas historicamente pela divisão da sociedade em classes sociais mantêm-se no plano das individualidades, desprezando as necessidades da classe trabalhadora. As reformas sociais consolidadas para a Educação Básica conciliam-se com as indicações de organismos internacionais que visam readequar os sistemas educacionais a partir de políticas neoliberais, tomando como justificativa os

resultados das avaliações em larga escala, para definir, por exemplo, o que é qualidade educacional. Assim como estão de acordo como os interesses privatistas, mercadológicos de entidades, organizações empresarias nacionais, sintetizados no Movimento Todos pela Educação.

O caráter reformista da BNCC é expressão da apropriação do Estado pela setores privados da sociedade civil, a partir de princípios político-ideológicos do modo de produção capitalista e liberal. E, com isso, além de buscar ampliar o espaço de poder político, de acumulação econômica, a reforma educacional busca afastar a educação, a escola, como espaços estratégicos de conhecimento e crítica do *status quo*, buscando torná-las espaços de reprodução dos princípios e práticas de competências, habilidades, relações que possam desvinculá-las de intenções revolucionárias, na perspectiva da classe trabalhadora.

Assim, a questão não é optar ou pela reforma e ou pela revolução, mas, como alerta Rosa Luxemburgo, de questionamento se as práticas reformistas tornam-se apenas um processo de atendimento dos anseios da classe trabalhadora dentro do modo capitalista e liberal sem, no entanto, subvertê-los e, portanto, não pautados na organização e estímulo à formação da consciência de classe. Assim, a BNCC e as políticas públicas reformistas, dissociadas de aspirações revolucionárias, atuam em favor do capital por meio da reforma legal.

Diante disso, qual estratégia ou tática deve ter a classe trabalhadora? Na visão de mundo, no método de análise social, na práxis política, na perspectiva do materialismo histórico-dialético, de Marx, Engels, Lênin, Rosa Luxemburgo, a revolução ocupa um papel fundamental enquanto problema histórico do desenvolvimento da sociedade humana, na perspectiva da classe trabalhadora, em relação ao modo de produção capitalista. Isso, mesmo com a utilização de meios políticos para a conquista de melhorias de condições de vida, dentro do capitalismo, mas sem perder a finalidade e o objetivos da luta, que é a revolução. Daí, a necessidade da classe trabalhadora ser “[...] instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista [...]. Soa a hora derradeira da propriedade privada capitalista e os expropriadores são expropriados” (Marx, 2013, p. 832).

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Aprendizagem para todos**. Investir nos conhecimentos e competências das pessoas para promover o desenvolvimento. Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial. Resumo executivo. Washington, 2011. 16 p.

Disponível em:

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/461751468336853263/pdf/644870WP00POT00Box0361538B0PUBLIC0.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. [Constituição (1998)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**.

Brasília, Senado Federal, 1998. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 29 jul. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Ministério da Educação. **Portaria nº 399, de 8 de março de 2023**. Institui a consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio. 2023a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-399-de-8-de-marco-de-2023-468762771>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2.601 de 2023**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023b. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2273386&filena me=PL%202601/2023. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Reforma do Ensino Médio. Brasília, Senado Federal, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 25 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, Senado Federal, 1996. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1996/9394.htm>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_sit e_110518.pdf. Acesso em: 25 jun. 2023.

D'AVILA, J. B. **As influências dos agentes públicos e privados no processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular**. 2018. 130 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro Oeste. Guarapuava, Paraná, 2018. Disponível em: <https://www2.unicentro.br/ppge/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

DANTAS, A. S.; LIMA, J. C.; SANTOS, M. J. A readequação das políticas educacionais brasileiras à agenda global de educação 2030. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 9, n. 29, 2023. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/4346>. Acesso em: 15 jun. 2023.

FORNARI, M. **A política de financiamento do banco mundial para a reforma do ensino médio no governo Temer**. 2020. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Paraná, 2020. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5218>. Acesso em: 05 jul. 2023.

FRÖLICH, P. **Rosa Luxemburgo: pensamento e ação.** Trad. Nélio Schneider, Erica Ziegler. São Paulo: Boitempo: Iskra, 2019.

HAYEK, F. V. A. **Os fundamentos da liberdade.** São Paulo: Visão, 1983.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/c3PrMtP6V5XVgnWv79btvjs/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2023.

JOHNSTONE, M. Bernstein, Eduard. *In*: BOTTOMORE, T. (org.). **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LOUREIRO, I. M. Sou a favor do luxo sob todas as formas. *In*: LOUREIRO, I. (org.). **Socialismo ou barbárie: Rosa Luxemburgo no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Estação das Artes, 2009. p. 69-88.

LUXEMBURGO, R. A crise da socialdemocracia. *In*: LOUREIRO, I (org.). **Textos escolhidos.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 77-100.

LUXEMBURGO, R. **Reforma Social ou Revolução?** São Paulo: Global, 1986.

LUXEMBURGO, R. **Reforma, revisionismo e oportunismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MAISSIN, G. Rosa Luxemburgo, uma teoria em ação. **Esquerda. Net.** Lisboa, 2019. Disponível em: <https://www.esquerda.net/dossier/rosa-luxemburgo-uma-teoria-emacao/59026>. Acesso em: 11 jun. 2023.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** L. I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. *In*: MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MOVIMENTO PELA BASE. **Quem Somos.** 2017. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 15 out. 2023.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** 17 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1991.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política educacional.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SMITH, A. **A riqueza das nações.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOARES, C. M. **A concepção de estado e de escola na Base Nacional Comum Curricular**. 2022. 101 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Norte do Paraná. Jacarezinho, Paraná, 2022. Disponível em: <https://uenp.edu.br/mestrado-educacao-tcc-pe/trabalhos-de-conclusao-2022-2/21751-cleyson-mendes-soares/file>. Acesso em: 25 jun. 2023.

UNESCO. **Declaração de Incheon**: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Incheon, Coréia do Sul: UNESCO, 2016. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000243278_por. Acesso em: 16 out. 2023.

AUTORIA:

* Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Associado da Universidade Estadual de Norte do Paraná. Contato: acsouza@uenp.edu.br

** Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Norte do Paraná. Professor da rede pública da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Contato: cleyson.soares@escola.pr.gov.br

*** Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Professora Associada da Universidade Estadual de Norte do Paraná. Contato: vanessaruckstadter@uenp.edu.br

COMO CITAR ABNT:

SOUZA, A. C.; SOARES, C. M.; RUCKSTADTER, V. C. M. A Base Nacional Comum Curricular como política pública reformista: uma análise a partir do pensamento de Rosa Luxemburgo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 23, p. 1-19, 2023. DOI: 10.20396/rho.v23i00.8674106. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8674106>. Acesso em: 27 nov. 2023.

Notas

¹ Eduard Bernstein (1850-1932), escritor socialdemocrata alemão, empreendeu uma revisão dos fundamentos do marxismo (daí o nome de revisionismo dado a essa tendência), negando que as crises econômicas pudessem levar à processos revolucionários, como luta de classes, e derrocada final do capitalismo e a possibilidade do socialismo. Daí, ele propunha-se a correção da economia política e social burguesa. Afastando-se da meta final do proletariado, que é o socialismo, Bernstein propôs uma formula oportunista: “O movimento é tudo para mim e o que é habitualmente chamado de ‘objetivo final do socialismo’, não significa nada” (Bernstein, 1899 *apud* Johnstone, 2001, p. 32).

² Em setembro de 2015, na 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, foi adotada uma nova proposta de documento orientador para construção das políticas para o Desenvolvimento Sustentável. Este documento se daria em forma de Agenda, e seria composta por 17 Objetivos, com implementação entre 2015 e 2030, pelos 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) (Dantas; Lima; Santos, 2023). Em 2016, foi publicado o documento: “Declaração de Incheon: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos”, como Agenda Global de Educação 2030, estruturado em três partes: O Marco de Ação possui três seções. A Seção I delinea a visão, a fundamentação e os princípios da Educação 2030. A Seção II descreve o objetivo global de educação, suas sete metas associadas e três formas de implementação, bem

como estratégias indicativas. A Seção III propõe uma estrutura de coordenação dos esforços globais de educação, assim como de mecanismos de governança, monitoramento, acompanhamento e revisão. Essa Seção também examina maneiras de garantir que a Educação 2030 seja adequadamente financiada e esboça as parcerias necessárias para efetivar a agenda nos níveis nacional, regional e global” (Unesco, 2016, p. 6).